

**Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de
Moçambique**

Gregório Firmino
Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Linguística e Literatura
gregório.firmino@uem.mz

Maputo, 25 de Março de 2008

Descolonizámos o Land-Rover¹

Já não é carro cobrador de impostos
Nós descolonizámo-lo
Já não é terror quando entra na povoação
Já não é Land-Rover do induna e do sipaio
(...)
Com a nossa luta
Transformámos em amigo este inimigo
Nós, descolonizadores
Libertámos o Land-Rover
Porque também ficou independente, afinal
Transformaram-se os objectivos que servia
E hoje é militante mecânico
Um desviado reeducado
Uma prostituta reconvertida em nossa companheira
Descolonizámo-la e com ela casámos
E não haverá divórcio.
(...)
Descolonizámos uma arma do inimigo
Descolonizámos o Land-Rover!

¹ Excertos de um poema de Albino Magaia, in Mendonça, Fátima & Saúte, Nelson (1989). Antologia da Nova Poesia Moçambicana. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, p. 6-8

Introdução

Um dos grandes dilemas que caracteriza a fase da pós-revolução em contextos pós-coloniais relaciona-se com os desafios da construção de uma nação-estado que se defina a partir de um “nós” colectivo e que promova a inclusão de todas as forças sociais, por vezes, com tendências centrífugas, que se uniram durante a revolução nacionalista contra o inimigo comum, ou seja, o poder colonial. Para Clifford Geertz, o dilema surge da tensão de dois impulsos, que remetem, respectivamente, para a chamada “tradição” (ou seja, essencialismo) ou para a chamada “modernidade” (ou seja, epocalismo). Esta tensão transparece na adopção de políticas linguísticas exoglóssicas em África (Heine 1990; 1992), como se pode notar nos acesos debates à volta do uso da língua associada ao poder colonial. O debate, normalmente, confronta dois grupos, os “abolicionistas” e os “adaptacionistas” (Schmied 1991), que divergem quanto à política de manutenção das línguas ex-coloniais. Os abolicionistas, que propõem a exclusão das línguas ex-coloniais, enfatizam considerações culturais, ou seja, valores essencialistas, como a promoção da africanidade e a eliminação de vestígios coloniais, enquanto os adaptacionistas, que apelam à manutenção das línguas ex-coloniais, dão mais peso a considerações práticas, como o funcionamento das instituições do estado e a integração no mundo moderno, ou seja, destacam aspectos epocalistas. Seja qual for a natureza do debate à volta das línguas ex-coloniais em África, os factos revelam que estas línguas continuam a manter uma grande preponderância na construção e funcionamento dos países africanos. Analistas das sociedades africanas sugerem que as línguas ex-coloniais estão a tornar-se entidades sociais e culturais renovadas, que estão a ser apropriadas pelas sociedades africanas. Contrariamente ao que se julga por muitos incautos, as sociedades africanas nunca foram sistemas fechados, imunes a uma integração de novos elementos e a transformações ou mudanças devidas a influências externas. Pelo contrário, elas têm estruturas abertas, que admitem, num processo contínuo, a entrada de novas realidades e de novos elementos, que

são continuamente transformados e adaptados ao contexto africano. As transformações das línguas europeias em África são parte deste processo, em que elas se acomodam às realidades sócio-culturais e políticas em mudança acelerada. De facto, pesquisas linguísticas têm apresentado evidências convincentes das transformações que as línguas ex-coloniais estão a sofrer à medida que são institucionalizadas em alguns países africanos, o que mostra que elas adquiriram novas características ideológicas e estruturais, que estão intimamente ligadas a algumas actividades sociais definidoras da vida social em alguns países africanos (cf. Angogo & Hancock 1980; Bamgbose 1982).

Na presente comunicação pretende-se explorar esta problemática, discutindo a situação do Português em Moçambique. Serão apresentados aspectos relacionados com o percurso sócio-histórico desta língua, para se fornecerem subsídios que darão sustentação ao argumento de que a língua portuguesa, pela forma como tem sido usada simbólica e instrumentalmente, em consonância com a dinâmica da nação-estado moçambicana, foi (está sendo) nacionalizada (ou seja, moçambicanizada). Contudo, far-se-á notar que a nacionalização (e também oficialização) do Português é, em si, um processo contraditório, por conduzir à projecção de uma nação-estado unificada, ao mesmo tempo que acaba tendo efeitos de exclusão social, face às características da diversidade linguística prevalecte em Moçambique. Deste modo, nesta comunicação tentaremos também mostrar que o impacto da implantação do Português em Moçambique, mais do que uma solução aos problemas linguísticos do país, é um desafio para uma política linguística nacional que tente acomodar interesses intranacionais ou regionais/internacionais. Assim, três tópicos dominarão a nossa comunicação:

- a) situação do Português em Moçambique;
- b) nativização do Português;
- c) política linguística e a situação do Português em Moçambique (alguns subsídios)

A situação do Português em Moçambique

Quando o colonialismo português chega ao fim em Moçambique, a língua portuguesa era parte do repertório linguístico de um grupo minoritário de moçambicanos, residentes principalmente nos centros urbanos. Para muitos desses falantes, o Português era uma língua-segunda, aprendida formalmente na escola e usada frequentemente em domínios institucionais. Por outro lado, simbolicamente marcava prestígio e ascensão social. Com a independência de Moçambique, esta relação simbólica não desaparece e, pelo contrário, ela fica mais reforçada com a adoção e promoção da língua portuguesa como um importante símbolo de unidade nacional e como língua oficial.

A escolha do Português como língua oficial e da unidade nacional foi uma consequência previsível dada a história do seu uso em Moçambique, o tipo de diversidade linguística prevalecente no país, as premissas ideológicas relacionadas com o tipo de sociedade concebida para o país, bem como a necessidade de co-optar as elites na estrutura do poder e nas instituições burocráticas para se garantir o funcionamento do novo estado. Todavia, a mais importante racionalização subjacente à oficialização do Português estava ligada ao desenvolvimento de um quadro ideológico que associava o Português à promoção da unidade nacional e à criação de uma consciência nacional. As primeiras indicações do desenvolvimento de tal quadro ideológico foram dadas durante a luta armada anti-colonial para a libertação de Moçambique, quando o movimento nacionalista FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) decidiu adoptar a língua portuguesa com a finalidade de preservar a unidade entre os moçambicanos, de diferentes origens, envolvidos na sublevação. Esta decisão politicamente estratégica, que lembra o mito de Caliban, assinalou a primeira apropriação do Português e a conseqüente expurgação das suas conotações coloniais². O Português, que era visto pelos moçambicanos como língua colonial, estava agora a servir propósitos claramente anti-coloniais. Segundo alguns participantes na epopeia anti-colonial, apesar de que a maior parte dos membros da FRELIMO não o conheciam ou simplesmente

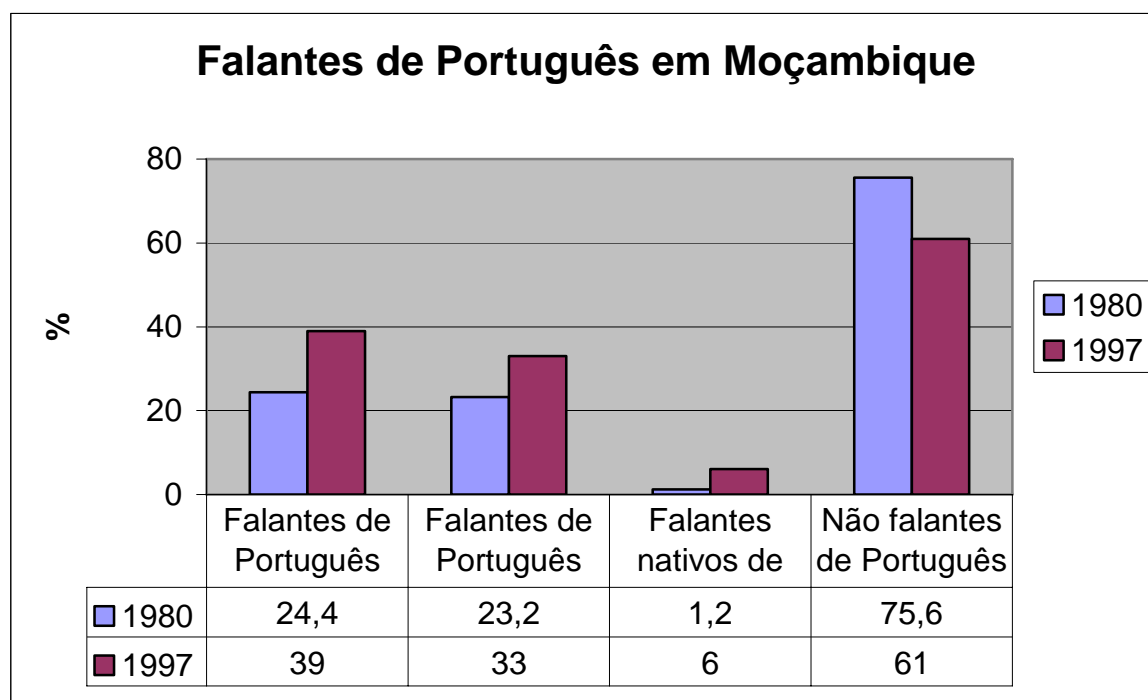
² Contudo, não se pode pôr de lado o contributo de outras gerações ligadas às fases do proto-nacionalismo, cuja relação com a língua portuguesa caminhou no sentido da sua apropriação.

não o usavam, o Português era entre eles entendido como a língua de consenso que poderia nivelar as diferenças linguísticas e ajudar a manter a unidade dentro do movimento, bem como ajudar a conhecer o inimigo comum (Ganhão 1979). Na sua óptica, a decisão de adoptar o Português foi dissociada de qualquer espécie de determinismo cultural relacionado com o facto de que os líderes do movimento tinham sido educados em Português e assimilado valores portugueses. Argumenta-se que, se tal fosse o caso ter-se-ia escolhido o Inglês, dado que alguns proeminentes membros fundadores da FRELIMO até eram falantes fluentes de Inglês, que aprenderam enquanto estavam no exílio nos países vizinhos.

O facto de o Português, a língua do inimigo, ter sido apropriada pela FRELIMO no início da luta de libertação, conferiu uma forte legitimidade para a sua adopção no Moçambique independente, sem que se pudesse invocar o efeito da nostalgia colonial ou do neo-colonialismo. Eis porque alguns autores terão defendido que, em Moçambique, “diferentemente de muitos países do continente, a situação da língua portuguesa não é a de uma herança incómoda com carácter provisório enquanto se não encontra uma língua ‘genuinamente’ africana. (...) É um projecto que visa anular todas as consequências da arbitrariedade do traçado geográfico do País, dar-lhe uma identidade nacional e uma consciência cultural, através do povo que nele habita”(Rosário 1982: 64-5).

O Português tornou-se, conseqüentemente, um meio primário de comunicação nos domínios públicos, não somente em cenários institucionais mas também nas interacções quotidianas urbanas em espaços públicos, tais como restaurantes, ruas, mercados, etc. Foi feito um esforço para alargar a comunidade de falantes do Português através da expansão da educação e campanhas de alfabetização, sendo que ambos os processos foram conduzidos em Português. Esta política favorável ao Português levou a um clima conducente à sua apropriação, com a conseqüente expansão para novos falantes e novos domínios. À medida que as pessoas usavam o Português de diferentes maneiras, ele começou a transcender o seu papel de instrumento político e administrativo, para se tornar veículo de novos tipos de

mensagens comunicativas e simbólicas, relacionadas com a vitalidade da nova vida nacional em Moçambique.



Nativização do Português em Moçambique

Deste modo, o Português está a enraizar-se-se no contexto do Moçambique pós-colonial e, por isso, está a sofrer um processo de “nativização”. Este processo corresponde ao desenvolvimento de uma nova ideologia linguística, que leva as autoridades oficiais e a opinião pública a conceber e reconhecer o Português como símbolo de unidade nacional, como língua oficial e como língua veicular. Uma variedade de casos ilustrativos indica o reconhecimento social do Português como um instrumento vital da integração social e construção da nação-estado em Moçambique. Um dos exemplos é o esforço frenético dos representantes das autoridades no sentido de reforçar a política oficial, como é o caso de funcionários públicos ostentando dísticos que incitam as pessoas a usar o Português³. Outro exemplo, é a pronta vontade das pessoas para usar o Português como língua franca, especialmente em lugares onde se encontram regularmente pessoas de origens diferentes. Por

³ Cf. Rosário (1982: 64).

exemplo, em Maputo, dirigir-se a uma pessoa desconhecida numa língua autóctone poderá ser encarado como uma ofensa e um sinal de “tribalismo”. Note-se o que um residente de Maputo, oriundo da nortenha província de Niassa, que regularmente “apanhava machimbombo”, chegou a dizer:

“(…) Todos os dias, qualquer que seja, quando ele chega à paragem dos machimbombos, pergunta-me se sou o último na bicha. Mas esta pergunta é feita na língua local. Como não oiço, limito-me a responder em macua ou em ajaua que é a língua que conheço. Então a pessoa fica logo um pouco aborrecida comigo. Então logo começa a discussão, dizendo ele que não podia responder em macua ou em ajaua. Pergunto eu em que dialecto posso responder? Ronga, changane, xitsua? Se eu não conheço! *Peço aos naturais quando não conhecem a pessoa é bom falarem com ela em língua oficial porque o ser da mesma raça não significa nada. Somos de vários dialectos*” (in *Tempo* no. 555, 31/Maio/1981, p. 50, o destaque é meu).

À medida que a nova percepção linguística se tem consolidado, a língua portuguesa em Moçambique vai, paralelamente, incorporando novas características linguísticas distintivas. Assim, o processo de nativização do Português compreende duas dimensões: uma simbólica, com a emergência de novas atitudes e ideologias sociais face ao uso da língua; e outra linguística, com o desenvolvimento de novas formas linguísticas associadas ao seu uso. Com efeito, do mesmo modo que o Português no Moçambique independente está a adquirir novas funções sociais, está também a desenvolver características estruturais e retóricas típicas⁴.

Porém, um argumento mais importante que defende a nativização do Português tem mais a ver com a incorporação de elementos lexicais e modelos comunicativos e retóricos que invocam a nova “economia política” em que são usados, do que com a “subversão” dos modelos gramaticais europeus. Um exemplo elucidativo é a mudança do uso do termo *moleque* para *empregado doméstico*. A forma *moleque* é associada ao período colonial; portanto, tinha conotação racista e opressiva, e é dificilmente usada na actualidade em

⁴ O desenvolvimento dessas características é, contudo, uma continuação de um processo que começou antes da independência. Mesmo antes da independência, o Português falado em Moçambique incluía traços típicos largamente propagados: os chamados moçambicanismos (Cabral 1972), usados até pelos colonos portugueses. Tais moçambicanismos podem ser exemplificados com elementos lexicais, como *machimbombo* (o equivalente na forma europeia a *autocarro*, também usada em Moçambique), *maningue* (equivalente a *muito*), *quinhenta* (*cinquenta centavos*, na forma europeia, também usada em Moçambique).

Moçambique. A expressão *empregado doméstico* é mais neutra e mais comum no Moçambique independente. Isto representa uma mudança na percepção social do trabalho doméstico, como resultado de uma mudança no ambiente político e social, a que a língua não se pode alhear. Similarmente, há o caso de novas palavras e expressões que estão a ser cunhadas e usadas de diferentes maneiras, cuja manipulação pelos actores sociais só pode ser entendida em função da nova configuração do espaço político, social, cultural e económico, etc., do Moçambique actual. Tais são os casos, por exemplo, de:

- a) *estruturas*, referindo-se a oficiais do governo;
- b) *homem novo*, referindo-se ao novo tipo de cidadãos moldados pelos princípios através dos quais a FRELIMO, o partido no poder, concebia a sociedade moçambicana;
- c) *continuadores*, referindo-se às crianças, “que continuarão a revolução”;
- d) *dumba-nengue*, nome local que se dá aos mercados informais;
- e) *cabrito*, em referência ao corrupto, porque a visão local é de que o cabrito come o capim do local onde está amarrado;
- f) *pobreza absoluta*, para designar o estado de subdesenvolvimento em que Moçambique se encontra.

Dado que, como é bem sabido em Sociolinguística, uma língua nunca é usada como uma instituição social homogénea, que é uniformemente manipulada por todos os falantes em todas as situações comunicativas, a variação faz parte do modo como as pessoas usam o Português em Moçambique. Parte desta variação está relacionada com diferentes manipulações das formas linguísticas que tipificam o Português falando em Moçambique. Estas formas não estão uniformemente distribuídas por todas as pessoas em Moçambique, nem são usadas em todas as situações comunicativas pelo falante. Deste modo, o Português em Moçambique pode ser visto como um *continuum* que oscila desde as formas do “mau”

Português (pejorativamente chamado *pretoguês*) até às formas mais próximas do padrão do Português europeu. O modelo europeu do Português ainda é considerado como o padrão e, teoricamente, continua a ser imposto nas escolas. Isto implica que a maior parte das formas mais valorizadas e/ou formais do Português em Moçambique tendem a apresentar poucos desvios. Contudo, apesar desta valorização, as pessoas também reagem negativamente face a tentativas explícitas e exageradas de seguir as formas mais próximas do Português europeu, especialmente em termos de pronúncia. Para muitos uma pessoa que assim age, “ginga muito” ou “gosta de se fazer”. Assim, isto significa que o modelo europeu que é valorizado em Moçambique tem estado a ser reconstruído para seguir padrões linguísticos específicos socialmente aceitáveis. Por outras palavras, há, em Moçambique, uma construção social do Português, um processo que criativamente faz uso dos recursos disponíveis no modelo europeu, bem como de inovações enraizadas nas condições políticas, económicas, sociais, culturais e linguísticas prevalecentes no país.

Política linguística e a situação do Português em Moçambique (alguns subsídios)

Como já foi referido, um dos aspectos importantes da situação linguística de Moçambique prende-se com a adopção do Português como língua de unidade nacional e exclusivo meio de comunicação do estado em funções oficiais, o que tem sido assumido como um dado adquirido, pelo menos durante os primeiros anos da independência. Tal situação não deixa de ser problemática, principalmente porque a adopção do português como língua oficial e também como língua da unidade nacional não ocorreu conjuntamente com medidas tendentes a minimizar algumas das suas implicações, mormente, as que resultam do facto de esta língua não ser falada por todos os moçambicanos e também do facto de muitos moçambicanos poderem servir-se unicamente das línguas autóctones de raiz bantu. Uma outra implicação desta política foi que o português reforçou a sua posição como língua de estatuto elevado,

própria para domínios “altos” (Ferguson 1959), ou para vida diária das camadas urbanizadas, em detrimento das línguas autóctones de raiz bantu que, no essencial, são socialmente entendidas como apropriadas para domínios “baixos”, geralmente relacionados com interações intra-étnicas . Uma vez que as línguas não só invocam realidade sociais como também são parte integrante de praticas políticas, económicas e sociais (Bourdieu 1977; Irvine 1989), tal divisão de trabalho linguístico acaba por afectar a participação e o posicionamento dos cidadãos na vida nacional. Com efeito, esta divisão do trabalho linguístico correlaciona-se com uma divisão na sociedade moçambicana que reforça um ambiente político, económico e sócio-cultural favorável às camadas urbanas, escolarizadas e falantes de português (de facto de alguns falantes de Português, aqueles que falam certas formas do Português). Não que tenhamos uma posição ingénuas que veria as línguas autóctones como panaceia para a questão linguística em Moçambique. Aliás, o Português sozinho também não o é. Queremos apenas chamar a atenção para o facto de que em termos de política linguística e de actividade de planificação linguística em Moçambique, há um desafio que se impõe, o de potenciar cada vez mais as línguas que compõem o mosaico linguístico. Sobretudo, deve-se caminhar para uma situação em que todas as línguas de/em Moçambique são reconhecidas e aproveitadas tendo em conta os seus valores instrumentais e sentimentais, de modo a que elas possam:

- actuar como um símbolo unificador poderoso que encoraje o envolvimento de todos os cidadãos no sistema nacional;
- garantir padrões de comunicação que possibilitam um funcionamento efectivo das instituições nacionais, principalmente às do Estado;
- assegurar igual possibilidade de participação no sistema nacional;
- facilitar a vida normal do cidadão em todas as suas necessidades.

Estes aspectos devem ser considerados tendo em atenção não só a situação dentro das

fronteiras nacionais como também a necessidade de relacionamento com o mundo exterior, quer sob o ponto de vista regional, por exemplo, com a integração na SADC, quer sob o ponto de vista internacional.

Observações Finais

Esta comunicação tratou da institucionalização do Português em Moçambique e analisou os processos que determinaram a sua mudança da posição de língua colonial para a de língua que é reconhecida como língua oficial e símbolo da unidade nacional. Colocou-se a ideia de que o Português está a sofrer um processo de nativização, já que novos valores sócio-simbólicos e traços linguísticos estão a ele ligados. Esta nativização, no entanto, tem mais a ver como o novo uso social do que com a diferenciação estrutural da língua em si. Ao Português em Moçambique é conferido um carácter singular pela ideologia que informa o seu uso e não somente pelas inovações linguísticas. A comunicação referiu igualmente que o uso do Português como língua oficial e símbolo de unidade nacional encerra desafios à política linguística nacional, que deve criar condições para um amplo aproveitamento de todos os recursos disponíveis para os moçambicanos, tendo em conta, não só a dimensão intranacional como também a regional e/ou internacional.

Bibliografia

- Angogo, Rachel M. & I. F. Hancock
1980. English in Africa: Emerging Standards or Diverging Regionalisms. *English World-Wide* 1, pp. 64-96
- Bamgbose, Ayo
1982. Standard Nigerian English: Issues of Identification. in Kachru, B. (ed.). *The Other Tongue: English Across Cultures*. Urbana-Champaign, IL: University of Illinois Press, pp. 99-111
- Bourdieu, Pierre
1977. The Economics of Linguistic Exchanges. *Social Science Information* 16.6, pp. 645-668
- Cabral, António
1972. *Pequeno Dicionário de Moçambique: Moçambicanismos e Termos Mais Correntes*. Lourenço Marques: Edição do Autor
- Conselho Coordenador do Recenseamento

1983. *10 Recenseamento Geral da População: Informação Pública*. Maputo: Moçambique
- Ferguson, Charles
1972 [1959]. Diglossia. in Giglioli, P. P., (ed.). *Language and Social Context*. Harmondsworth: Penguin Books, pp. 232-251
- Ganhão, Fernando
1979. O Papel da Língua Portuguesa em Moçambique. Comunicação apresentada no *I Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa*, realizado em Maputo, Moçambique
- Geertz, Clifford
1973a [1963]. The Integrative Revolution: Primordial Sentiments and Civil Politics in the New States. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, pp. 255-310
1973b [1971]. After the Revolution: The Fate of Nationalism in the New States. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, pp. 234-254
- Heine, Bernd
1990. Language Policy in Africa. in Weinstein, B. (ed.). *Language Policy and Political Development*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, pp. 167-184
1992. Language Policies in Africa. in Herbert, R. K. (ed.). *Language and Society in Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, pp. 23-35
- INE (Instituto Nacional de Estatística)
2000. *Situação Linguística de Moçambique*. Maputo: INE
- Irvine, Judith
1989. When Talk Isn't Cheap: Language and Political Economy. *American Ethnologist* 16. 2, pp. 248-267
- Kachru, Braj B.
1982. Models for Non-Native Englishes. in Kachru, B. (ed.). *The Other Tongue: English Across Cultures*. Urbana-Champaign, IL: University of Illinois Press, pp.31-57
1986. *The Alchemy of English: The Spread, Functions and Models of Non-native Englishes*.
- MINED (Ministério da Educação)
1986. *Atlas Geográfico*. Estocolmo: Esselte Map Service
- Romaine, Suzanne
1994. *Language in Society: An Introduction to Sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press
- Rosário, Lourenço
1982. Língua Portuguesa e Cultura Moçambicana: De Instrumento de Consciência e Unidade Nacional a Veículo e Expressão de Identidade Cultural. in *Cadernos de Literatura*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, pp. 58-66
- Schmied, Josef
1991. *English in Africa: An Introduction*. New York: Longman